

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

24
Agosto
2017



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA tem regras fugueis

Os 13 bairros mais violentos da Serra na mira da polícia

Operação conjunta da PM, prefeitura, Ministério Público e 1ª Vara Criminal visa reduzir criminalidade no município

Leone Oliveira

Traficantes, assassinos, realização de festas clandestinas, prostituição de adolescentes e crianças, além de bares abertos durante a madrugada são os alvos de uma operação em conjunto da Prefeitura da Serra e da Polícia Militar nos 13 bairros do município que apresentam os mais altos índices de violência.

A ação, que visa reduzir a criminalidade na Serra - município ocupa o primeiro lugar no ranking de homicídios no Estado - ainda conta com a participação do Ministério Público e da 1ª Vara Criminal.

Segundo o secretário de Defesa Social da Serra, coronel Jailson Miranda, a ideia é dar um "choque de ordem" na violência em operações semelhantes à ocorrida ação no condomínio Ourimar, em julho deste ano.

"Vamos fortalecer as ações nesses locais onde estão ocorrendo mais homicídios, problemas de brigas de gangues rivais. Esses bairros estão mapeados pela inteligência da Polícia Militar e agora vamos fazer as intervenções, com o apoio do Ministério Público e do Judiciário vamos trabalhar", explicou o secretário.

A reportagem de **A Tribuna** obteve a lista dos bairros onde vão acontecer as operações, são eles: Serra-sede, Novo Horizonte, Central Carapina, Jardim Carapina, Jardim Tropical, Carapebus, Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Bairro das Laranjeiras, Parque das Gaivotas, Planalto Serrano, Jardim Limoeiro e Ourimar. O critério é o mapa da violência dos municípios.

O comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, destacou que está sendo feita uma organização melhor da integração.

"Em um passado recente, havia um discurso de que a segurança era papel do governo do Estado, mas isso é um equívoco. Segurança pública é um dever do governo estadual, municipal e federal. Não existe ninguém mais interessado na segurança do seu município do que a prefeitura. A participação efetiva do município no enfrentamento da violência é primordial e necessária", frisou o comandante.

Além da caça a criminosos, está prevista a melhoria da iluminação pública, coleta de lixo e a poda de árvores nas regiões.

A reunião para planejar as intervenções foi realizada na manhã de ontem, no gabinete do comandante-geral da Polícia Militar, no Quartel do Comando Geral (QCG), em Maruípe.



REUNIÃO para planejar intervenções foi realizada no gabinete do comandante da PM, coronel Nylton Rodrigues

Obrigados a cumprir regras



JUIZ ALEXANDRE Farina Lopes

O titular da 1ª Vara Criminal da Serra e diretor do Fórum Desembargador João Manoel de Carvalho, em Serra-Sede, juiz Alexandre Farina Lopes, se posicionou sobre as críticas que são feitas muitas vezes ao Judiciário pela soltura de suspeitos de crime.

O magistrado afirmou que é preciso cautela com a ideia de que a polícia prende os criminosos e a Justiça solta. "A polícia prende quem comete uma transgressão à regra. Regra, que nós operadores do Direito somos obrigados a cumprir-la. A polícia prende, mas a

Justiça solta, desde que o crime cometido não comporte conversão da prisão em flagrante delito em prisão preventiva", esclareceu o juiz.

REDUÇÃO

O secretário de Defesa Social da Serra, coronel Jailson Miranda, destacou que o município conseguiu reduzir o número de homicídios por 100 mil habitantes de 106,4, no ano de 2008, para 56 no ano passado. "As atividades de repressão vêm proporcionando essa diminuição", disse o coronel.

Municípios vão combater crimes e Bailes do Mandela

Além da Serra, outros municípios da Grande Vitória também se articulam com instituições, como a Polícia Militar, para realizar ações de combate ao crime e a eventos clandestinos, como os Bailes do Mandela.

Em Vitória, semanalmente, há ações da PM com a Guarda Municipal, fiscais de postura e Disque-Silêncio para fiscalizar bares e eventos formais e informais.

"O novo no caso da Serra é ter uma parceria para manter o controle da ordem pública. É necessário ter essa parceira, porque, às vezes, o agente de fiscalização tem o poder legal, mas não tem o poderio de força para isso", disse o secretário de Segurança Urbana de Vitória, Fronzio Calheira Mota.

O secretário ainda frisou que o município não tem a atribuição legal de cumprir mandados de prisão, cabendo essa função à polícia.

Já em Vila Velha, a prefeitura informou que articula ações de segurança com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), o Exército, a Marinha, as polícias Federal e Rodoviária Federal, mensalmente, por meio do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), quando são apresentados os dados da violência na cidade.

Em Cariacica, que não possui Guarda Municipal, a prefeitura informou que as coordenações de Postura e Taxis e o Disque-Silêncio realizam fiscalizações com o apoio da PM contra transporte clandestino e festas sem autorização.

Multa para bares que funcionarem após o horário

Entre as ações de enfrentamento à violência discutidas pela Prefeitura da Serra com a Polícia Militar, o Ministério Público e Judiciário está a fiscalização do horário de funcionamento dos bares, regulamentada por lei no município.

Segundo o comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, os policiais vão poder denunciar os estabelecimentos que não cumprirem com a regra. "O PM que detectar um bar aberto depois do horário permitido pela legislação do município vai fazer um boletim de ocorrência, que será encaminhado à prefeitura para que seja confeccionada multa ao estabelecimento", explicou o coronel.

De acordo com decreto de novembro de 2015, bares, casas de show e estabelecimentos similares devem funcionar das 6 horas à 1h30, de segunda a quinta-feira e aos domingos, enquanto que aos sábados e sextas-feiras o horário de funcionamento é até as 2 horas, com tolerância de 30 minutos.

O titular da 1ª Vara Criminal da Serra e diretor do Fórum Desembargador João Manoel de Carvalho, em Serra-Sede, juiz Alexandre Farina Lopes, pontuou que o consumo de álcool e drogas gera a violência e a lei precisa ser cumprida.

"Existe uma lei em vigor e vamos exigir que seja cumprida. É o trabalho em conjunto, visando o bem da sociedade", enfatizou ele. O presidente do Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Espírito Santo (Sindbares), Wilson Calil, rebateu afirmando que os bares não são responsáveis pela violência e que muitos comerciantes estão tendo prejuízo com a falta de segurança, seja com arrombamentos e assaltos ou com a falta de clientes que deixam de sair de casa por medo.

"O que o sindicato propõe é que haja um esforço por parte da prefeitura para estimular a regularização dos estabelecimentos, gerando divisas para o município e qualificação do turismo", disse Calil.

BAIRROS ONDE VAI HAVER OPERAÇÃO NA SERRA



PLANEJAMENTO NOS MUNICÍPIOS

Mudanças no trânsito de 92 bairros de Vila Velha

Com o novo Plano Diretor Municipal, a prefeitura vai apresentar à população propostas para construção na cidade

Lorrany Martins
Rafael Gomes

O novo Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha começa a ser discutido com os moradores de todas as regiões do município. A prefeitura vai apresentar proposta para a lei que estabelece regras que vão mudar o trânsito, a construção e o zoneamento da cidade.

Entre as propostas que serão apresentadas estão a criação de uma ciclovia às margens de toda a extensão do Rio Jucu; incentivo à criação de transporte turístico de balsas na Baía de Vitória, entre outras sugestões que prometem mudar o trânsito.

“O Rio Jucu, por exemplo, tem de ser tratado pela lei como patrimônio natural. A proposta é construir uma ciclovia em toda a extensão do rio. Com isso, além da preservação, vamos ter uma rota turística valorizando a região rural do município”, destacou o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, Antônio Marcus Machado.

Os fóruns regionais para apresentação das propostas da prefeitura e o coleta de sugestões dos moradores começa hoje. A primeira região a conhecer as sugestões é a Região 2, da Grande Ibes.

“Essa é uma região onde há muitas pessoas em idade produtiva no trabalho. Por isso, vamos apresentar propostas que desenvolvam economicamente a região, mas de



WRADMIR Vieira e George Eduardo Macedo, representantes da comunidade: reuniões para apresentar sugestões

uma forma sustentável”, destacou.

De acordo com o secretário, as reuniões vão discutir, além de questões de trânsito, assuntos sobre habitação, meio ambiente, regulamentação de construções, entre outros.

Além da prefeitura, os moradores também vão poder fazer sugestões para as leis. De acordo com o coordenador geral do Conselho Comunitário de Vila Velha, Wradmír

Vieira, e o presidente a Associação de Moradores de Santa Mônica, George Eduardo Macedo, as associações estão convocando a população para os fóruns e vão apresentar várias sugestões.

“Uma proposta que vamos levar é a ideia da criação de uma região 6 em Vila Velha, que vai abranger a área rural. Hoje, ela faz parte da região 5, mas não tem nada a ver com parte da região. Acreditamos

que essa área rural tem de ter regras e zoneamento diferentes”, destacou Wradmír.

Outra ideia que será apresentada pelos moradores é a criação de um zoneamento costeiro, que reuniria os bairros da orla da região da Barra do Jucu e Ponta da Fruta.

“Dessa forma, a prefeitura poderia fomentar o turismo na região e fazer polos para preservar as áreas”, frisou o coordenador.

Plano diretor atual do município foi parar na Justiça

Mesmo em vigor, o atual Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha foi alvo de ações judiciais nos últimos anos.

A polêmica começou ainda no ano de 2007, quando o plano foi elaborado. Ao chegar à Câmara Municipal, a minuta da lei que determina as regras para o crescimento da cidade teve 13 artigos alterados, sendo aprovado sem consulta pública.

Movimentos populares buscaram a solução na Justiça que, em maio de 2012, considerou os 13 artigos inconstitucionais. A lei que regia o PDM na época foi declarada inconstitucional pelo TJ-ES no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).

Em 2013, a prefeitura criou a Lei nº 5.441/2013, que rege as obras realizadas no município, para regularizar imóveis que foram construídos segundo critérios da legislação.

Em julho deste ano, o Fórum Popular de Vila Velha pediu para que o prefeito Max Filho revogue a lei. O objetivo é impedir que os artigos considerados inconstitucionais sejam incluídos nas discussões do novo PDM. Mesmo com toda a polêmica, o PDM da cidade continua em vigor e só será modificado após a criação do novo.



VILA VELHA: modificação do PDM

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA VELHA

O que é o PDM

O PLANO DIRETOR Municipal (PDM) é a lei que cria regras para ordenar a expansão urbana e fazer com que o município se desenvolva de forma organizada. A lei é revisada a cada 10 anos.

FÓRUMS REGIONAIS

- HOJE: Região 2, das 19h às 21h, na Escola Reverendo Antônio da Silva Cosmo, em Jardim Colorado.
- TERÇA-FEIRA: Região 3, das 19h às 21h, na Escola Leonel de Moura Brizola, em Santa Rita.
- QUINTA-FEIRA: Região 4, das 19h às 21h, na Escola Pedro Herkenhoff, em Cobiândia.
- DIA 5 DE SETEMBRO: Região 5, das 19h às 21h, na Escola Cristiano Dias Lopes Filho, em São Conrado.
- DIA 6 DE SETEMBRO: Região 1, das 19h às 21h, na Escola Sen. João de Medeiros Calmon, Praia das Gaivotas.

Propostas da prefeitura

TRÂNSITO

- INTEGRAÇÃO da ciclovia de Guaranhuns com a praia.
- CONSTRUÇÃO de aquaviário e estações na Glória.
- A COMPLEMENTAÇÃO e um anel cicloviário ao longo do Rio Jucu, com potencial turístico passando pela região de zona rural de Vila Velha.

CULTURA

- REVITALIZAÇÃO da Prainha e projetos para melhorar o acesso para veículos, transformando numa área de eventos, mas de forma que preserve o local como patrimônio cultural.

AMBIENTAL

- AUTILIZAÇÃO do Plano de Manejo de Jacarenema durante a revisão do PDM no que tange à referida Unidade de Conservação Barra do Jucu.
- INCENTIVO ao turismo, por meio da criação de um parque municipal no Morro do Moreno. No entanto, haverá regras de preservação e construção de forma controlada.



PRAINHA: projeto de revitalização

cloviário ao longo do Rio Jucu, com potencial turístico passando pela região de zona rural de Vila Velha.

INCENTIVO à criação de transporte turístico de balsas na Baía de Vitória que podem se tornar mais um modal de transporte para a cidade.

REVITALIZAÇÃO da Prainha e projetos para melhorar o acesso para veículos, transformando numa área de eventos, mas de forma que preserve o local como patrimônio cultural.

AUTILIZAÇÃO do Plano de Manejo de Jacarenema durante a revisão do PDM no que tange à referida Unidade de Conservação Barra do Jucu.

criação da Área de preservação e abertura para a população do Parque do Marista, no centro de Vila Velha.

REVITALIZAÇÃO DO Parque Morro da Mantegueira, promovendo melhorias no acesso, trilhas e instalações da sede, criando projetos de educação ambiental, incentivando o uso e visitação do parque pelos moradores.

criar FORMAS de valorizar a Lagoa Encantada, que fica na região da Rodovia Daryl Santos.

REVITALIZAÇÃO e tratamento dos canais que cortam a cidade.

ZONEAMENTO

- ZONAS SEM LIMITES de andares nos prédios para estimular ocupação em algumas regiões do município.
- criação de ZONAS em que os novos empreendimentos deverão ser mistos no mesmo terreno, com a construção de residências e comércio.

Sugestão dos moradores

ZONEAMENTO

- criação da Região 6, que abrangeria a área rural do município, que hoje faz parte da Região 5.
- criação de uma região costeira, que abrange os bairros como Ponta da Fruta e Barra do Jucu. Criação de alternativas e polos para que se torne uma região turística.

CONSTRUÇÃO

- REGRAS PARA estacionamento em novas construções para abrigar carro de novos moradores do município.
- FLEXIBILIZAÇÃO de exigência de empreendimentos hoteleiros para estimular a implantação de mais hotéis, principalmente próximos à orla.

Fonte: Prefeitura de Vila Velha e Conselho Comunitário de Vila Velha.

Cármem Lúcia: crimes contra a vida são prioridade

Mas admitiu que, como noticiou O GLOBO, não foi estabelecido um percentual para análise de processos que envolvam homicídios dolosos, entre outros crimes

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, informou, por intermédio de sua assessoria, que, embora não tenha mais uma meta numérica, a instituição continua dando prioridade ao julgamento de processos antigos relacionados aos crimes contra a vida. Segundo a assessoria, o CNJ não abandonou a meta de julgar esses casos. Mas admitiu que, como noticiou O GLOBO, não foi estabelecido um percentual para análise de processos que envolvam homicídios dolosos, entre outros crimes.

“Não houve abandono da meta, até mesmo porque consta das Metas para os Tribunais para 2017 o aumento do número dos julgamentos de crimes dolosos contra a vida e, em especial, os que digam respeito àqueles que tenham presos provisórios”, diz nota produzida pela assessoria da presidente do STF.

O GLOBO informou, na segunda-feira, que 64,5 mil processos de crimes contra a vida, que chegaram ao Judiciário até 2012, permanecem sem julgamento. A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), um movimento firmado em 2010 por diferentes órgãos no combate à violência letal, havia estabelecido metas de julgamento de processos antigos. No entanto, o CNJ desistiu de estabelecer um percentual a ser atingido. Para que o índice fosse definido, uma portaria deveria ter sido editada, o que não foi feito desde a segunda gestão do ministro Ricardo Lewandowski, antecessor de Cármem Lúcia na presidência do CNJ.

A assessoria de Cármem Lúcia no CNJ afirma que a metodologia mudou e que existe intenção de dar prioridade para julgamento desses casos. Segundo ela, a presidente do conselho tem mantido contato com tribunais de Justiça em todo o país para manter esse esforço.

“Foi instituída, em 6 de setembro de 2016, nova recomendação, transformando o que antes era a Semana Nacional do Júri (para julgar crimes dolosos contra a vida) em Mês Nacional do Júri, exatamente para se dar cumprimento aos processos afetos às Metas Enasp/CNJ”, diz a nota do CNJ, acrescentando:

“A presidente do Conselho Nacional de Justiça assumiu diretamente a condução das ações que visam não somente executar o programa de metas, mas sobretudo ampliá-lo, propondo melhor atendimento das varas de júri, maior número de julgamentos, mutirão nos tribunais de Justiça, nos quais pendem recursos que impedem a realização do júri, entre outras medidas adotadas”.

Justiça acolhe denúncia contra suspeitos da morte de advogado

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/08/15035769021526532706.html>

Notícias

No Espírito Santo, município deve indenizar fotógrafo por uso de imagem em carnê de IPTU

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/noticia!visualizarNoticia.action?menuSistema=mn331&entity.id=353378>

Polícia identifica acusados de matar homem em shopping de Vila Velha

Entre os acusados de participar da ação está um segurança do shopping que auxiliou ao atirador a esconder a arma

A polícia identificou e procura pelos quatro envolvidos no crime ocorrido na praça de alimentação de um shopping, em Vila Velha, no dia 1º de abril, que terminou com uma pessoa assassinada e duas feridas, entre elas uma criança. Entre os acusados de participar da ação está um segurança do shopping que auxiliou ao atirador a esconder a arma.

O atirador abriu fogo contra João Walbert Valério Pereira, 33 anos. Ele estava sentado em uma mesa, acompanhado da esposa, na praça de alimentação quando foi surpreendido pelo criminoso. Walbert tentou correr entre as mesas lotadas da praça de alimentação, mas acabou sendo atingido por vários tiros. No corpo dele, a perícia encontrou 19 perfurações. Além de Walbert, uma criança de 7 anos e uma mulher de 22 anos foram feridos por balas perdidas.

O caso foi investigado pela Delegacia de Crimes Contra Vida (DCCV) de Vila Velha que conseguiu identificar os quatro envolvidos no crime. O atirador foi identificado como sendo Maurício Geciano Rodrigues, o Mau-mau, 20, que entrou no shopping armado após ser chamado por um comparsa, Evandro Silveira de Almeida, o Carioca, 27.

“Carioca estava no shopping e encontrou o casal. Logo após cumprimentar Walbert, ele ligou avisando ao grupo que o alvo estava no shopping”, detalhou o delegado responsável pelo caso, Ricardo Almeida.

As câmeras de segurança do shopping mostram o momento em que Carioca faz a ligação após encontrar, coincidentemente, com Walbert. Cerca de 40 minutos depois, o atirador entra no shopping, localiza o alvo e executa Walbert. Houve desespero entre os frequentadores do local, gritaria e corre-corre para buscar proteção.

“O que nos surpreendeu durante as apurações é que o atirador saiu correndo pela entrada principal do estabelecimento após fazer os disparos. Ele seguiu não para a rua, mas sim para uma área de acesso restrito a funcionários, onde encontrou o segurança e entregou a arma”, concluiu o delegado.

Após passar a arma, Evandro tira a camisa e deixa o shopping para evitar ser identificado.

A partir da identificação dos autores do crime, a DCCV de Vila Velha chegou à identificação do mandante do assassinato, Douglas Souza Lopes, o Tio Chico, de 24 anos. Ele era o braço direito do traficante Paulo Geovane Ferreira Xavier, o Jô, morto em janeiro. Jô comandava o comércio de drogas em Ilha da Conceição, Vila Velha, e Walbert seria um dos envolvidos na morte dele.

“O que motivou o assassinato no shopping foi a vingança da morte de Jô. Foi um crime que contou com um certo abuso por parte dos criminosos, pois além de matarem uma pessoa e ferirem mais duas, ainda colocaram em risco outros indivíduos que frequentavam um local repleto de câmeras e de seguranças”, pontuou Ricardo Almeida.

O delegado indiciou os quatro envolvidos pelos crimes de homicídio qualificado e por duas tentativas de homicídio. A Justiça expediu mandado de prisão contra Douglas, Maurício e Evandro, que são considerados foragidos. Quem tiver informações sobre o paradeiro deles, pode repassar anonimamente pelo telefone 181 (Disque-denúncia).

O nome do segurança não será divulgado pois não há mandado de prisão contra ele, mas responderá pelos mesmos crimes.

Detento em saída temporária agride PM na rua e é baleado em Linhares

Diego Gomes Gimenez estava na rua em horário não permitido e tentou fugir dos policiais. Para contê-lo, acabou sendo baleado e entrou em luta corporal com os militares

Um presidiário com o benefício da saída temporária foi baleado após tentar fugir da abordagem de policiais militares na madrugada de quarta-feira (23), por volta de meia-noite e meia, no bairro Araçá, em Linhares, Norte do Estado.

Durante preventivo no bairro, os militares abordaram Diego Gomes Gimenez na Rua Augusto de Carvalho. Foi informado que ele estava dentro do benefício de saidinha de Dia dos Pais. Pelo rádio da viatura, foi avisado que o abordado não poderia estar em via pública devido ao horário. Ao ouvir a informação, Diego tentou fugir e caiu.

Um dos policiais o alcançou e os dois entraram em luta corporal. De acordo com o boletim de ocorrência, o presidiário tentou fugir mais uma vez e o militar efetuou três disparos, sendo que um deles atingiu a perna esquerda de Diego.

Mesmo baleado, ainda foi preciso entrar em luta corporal mais uma vez com o abordado para contê-lo, informaram os policiais. Ele foi levado ao Hospital Geral de Linhares (HGL), onde foi medicado e liberado. Em seguida, foi encaminhado à 16ª Delegacia Regional de Linhares.

No boletim de ocorrência há a informação que Diego teve várias lesões pelo corpo, decorrente da queda, e um dos policiais teve escoriações no joelho esquerdo devido à luta corporal com o suspeito.

Procurada, a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) explicou que Diego cumpre pena em regime semiaberto na Penitenciária Regional de Linhares e, por decisão da Justiça, recebeu o benefício da saída temporária. Como ele foi detido pela PM durante o indulto, retornou à prisão. Agora, o caso será encaminhado ao juiz de Execução Penal, que adotará as medidas cabíveis, de acordo com a Sejus.

Gratificação paga a juízes que atrasaram sentenças

A Justiça do Trabalho pagou gratificações por acúmulo de serviço a juízes que atrasaram de forma reiterada a assinatura de sentenças, a magistrados que dividiam o trabalho com outro colega numa mesma vara e até mesmo a quem estava de férias ou sem atuação.

A constatação é de uma auditoria do próprio Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de março deste ano. O documento foi enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU), que, ontem, determinou uma investigação sobre os pagamentos da gratificação aos juízes.